

Mapeamento da Inserção Produtiva obtida pelos participantes do “PRONATEC-Brasil sem Miséria” em Osasco

Mariana Silva de Freitas¹

Luciana Rosa de Souza²

Resumo: Os programas que almejam emancipar efetivamente seus participantes devem contar com um eixo consistente de inclusão produtiva. O Plano Brasil Sem Miséria, no eixo inclusão produtiva, desenvolve em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este artigo questiona: em quais setores da economia os beneficiários do PRONATEC-BSM de Osasco conseguiram se inserir profissionalmente? O artigo trabalhou com duas perspectivas metodológicas, uma teórico-exploratória e outra empírica. Os dados empíricos foram trabalhados usando o software Excel, com auxílio do atributo Action. Em termos de resultados, a inserção produtiva obtida pelos beneficiários do PRONATEC-BSM em Osasco esteve centrada no setor de serviços.

Palavras chave: PRONATEC Brasil sem Miséria, inclusão produtiva, economia social, políticas emancipatórias, Plano Brasil sem Miséria.

Abstract: The programs which aims emancipate its participants must have a consistent axes of productive inclusion. The Brazil without Misery Plan, on inclusion productive axis, develop with Education and Culture Minister, the National Program to Access to Technological Instruction and Employment (PRONATEC). This paper questioned: in which economic sector the PRONATEC-BSM beneficiaries could be insert in Osasco city? This papel works with two methodological perspectives, one teoric exploratory and another empirical. The data was analyzed using Excel and Action softwares. About results, the productive insertion obtained by the PRONATEC/BSM beneficiaries was centered in the service sector.

Key word: PRONATEC Brazil without Misery, productive inclusion, social economy, emancipatory policies, Brazil without Misery Plan.

1. Introdução

A emancipação da pobreza é um tema que tem motivado muitas pesquisas e ações práticas. Pesquisadores de agências de fomento internacionais, tais como Rawlings e Rubio (2003) ou Durston (2001), têm cooperado com teorias e avaliações das práticas para emancipar a pobreza. Na maioria das vezes, a emancipação da pobreza relaciona-

1 Estudante de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Email: ms.freitas95@gmail.com

2 Professora de Economia do Setor Público da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Email: luciana.rosa@unifesp.br

Este artigo resulta de um trabalho de Iniciação Científica financiado pelo CNPq. Recebido em agosto de 2015 e aceito em abril de 2016.

se com o acesso a uma vaga no mercado de trabalho formal ou com a participação em projetos produtivos cooperativistas, de economia solidária ou incubadora de empresas. Estes projetos para emancipar a pobreza tendem a estar circunscritos ao escopo da “economia social” (MORAIS; BACIC, 2009). Nestes termos, a ‘economia social’ emergiu como uma resposta da sociedade civil à crise do emprego e do Estado de Bem-Estar Social.

A discussão sobre as possíveis formas de inserir as famílias mais pobres no mercado veem acontecendo no mundo desde a crise do modelo fordista de produção (GAIGER, 2004). Conforme Defourny; Favreau; Laville (1997), desde meados dos anos 70, estudiosos têm se debruçado sobre as iniciativas econômicas vinculadas ao associativismo ou cooperativismo, as quais escapavam da empresa privada clássica e da economia pública, cenário de surgimento da “economia social”. No Brasil dos anos 1980, em meio à crise da dívida e da precarização no mercado de trabalho, muitos programas de geração de emprego e renda foram executados dentro da “economia social” (ABREU; JORGE; SORJ, 1997). Fato que corrobora a hipótese de que tais ações emergiram em contexto de crise e mudança na estrutura produtiva seja em âmbito nacional ou internacional.

No entanto, a evolução das discussões sobre a emancipação da pobreza ou a criação de “portas de saída” da pobreza está circunscrita à geração de emprego e renda, oferta de microcrédito e inclusão produtiva das famílias mais pobres, estas ações ficaram conhecidas na literatura como “políticas emancipatórias”. Tais práticas têm sido expostas pelos organismos internacionais como ações para “romper o círculo intergeracional da pobreza via acúmulo de capital humano”. Uma frase que por si mesma mostra-se cheia de lacunas, por que intergeracional? O que seria capital humano? Ou seja, conceitos que deixam mais questões em aberto do que tem poder de esclarecimento.

Interessante notar a discussão sobre a inserção produtiva das famílias mais pobres no Brasil. Entre os anos 2004 e 2011, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (MDS), buscou-se criar um conjunto de programas complementares³, os quais visavam gerar trabalho e renda e superar a pobreza. O documento governamental deixa claro que o município é a unidade executora dos programas complementares.

³ Disponível no site: http://transparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf, acesso em 10/03/2016.

No caso brasileiro, o crescimento econômico vivenciado pós 2004 resultou em uma inserção massiva de pobres e extremo-pobres nos mercados de consumo e de produção, o que reduziu os níveis de pobreza, em parte, graças ao crescimento econômico. Foi este crescimento econômico que produziu escassez de mão de obra especializada, fato essencial para a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Ou seja, claramente houve uma migração de enfoque dos programas complementares nas áreas de geração de renda para programas de qualificação profissional, especialmente no cenário de maior demanda por mão de obra qualificada, após 2008.

O PRONATEC surgiu como um dos programas do Plano Brasil sem Miséria. Instituído pelo decreto n. 7492 de 02 de junho de 2011, o Plano Brasil sem Miséria (doravante BSM) teve como meta a superação da pobreza no Brasil. Seu foco era: i) garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; ii) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; iii) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade⁴. O BSM foi desenhado com ações transversais envolvendo 22 ministérios em âmbito federal, além da parceria com estados, municípios, bancos públicos, empresas privadas e organizações da sociedade civil.

Considerando os três objetivos do BSM, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC - sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) compunha um dos programas centrais do eixo intitulado - *inclusão produtiva urbana*⁵, com intuito de qualificar mão de obra e identificar oportunidades de inserção produtiva para os beneficiários do Bolsa Família.

Este artigo centrou seu estudo no mapeamento da inserção produtiva alcançada pelos beneficiários do Programa Bolsa Família, em Osasco, que frequentaram algum curso oferecido pelo PRONATEC-Brasil sem Miséria. As questões centrais respondidas foram:

- i) o PRONATEC/Osasco sem Miséria teve algum impacto na inserção produtiva dos participantes?
- ii) em quais setores produtivos estes participantes lograram se inserir?
- iii) pela ótica dos participantes: o PRONATEC fez diferença em suas condições de vida?

O problema de pesquisa foi: quais os setores da economia os concluintes do PRONATEC-BSM obtiveram inserção produtiva em Osasco/SP? O trabalho de mapear a inserção produtiva dos participantes do PRONATEC – Brasil sem Miséria visa compreender

⁴ Disponível no site: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>, acesso em 10/03/2015.

⁵ Disponível no site: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1>, acesso em 10/03/2015.

a efetividade desta política pública centrada na capacitação para o mercado de trabalho urbano. Sendo Osasco uma cidade que tem recebido prêmios pela gestão das políticas emancipatórias, entendemos que o estudo do PRONATEC na cidade fornece uma *proxi* interessante da implementação do programa.

O estudo foi dividido em duas fases, o primeiro, composto por uma pesquisa exploratória via revisão bibliográfica de literatura sobre o tema. A segunda fase foi a análise empírica, centrada na compilação, análise e tabulação dos dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão Social (SDTI) da Prefeitura Municipal de Osasco (PMO). O tratamento dos dados usou o software Excel e, como auxílio, o atributo *Action*, principalmente na criação das tabelas de frequência. Importante ressaltar que a PMO tinha os questionários aplicados no início e final dos cursos técnicos, porém, nenhum deles havia sido tabulado. Logo, um dos resultados práticos desta pesquisa foi fornecer à SDTI/PMO o tratamento desses dados.

O estudo sobre o tema ocorreu em 2012, exatamente quando foi implantado o PRONATEC no município de Osasco. Naquele ano, mestrandos em Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) realizaram um estudo intitulado: Desafios para a implementação do Programa PRONATEC/Osasco sem Miséria (TROGIANI *et al.*, 2012). Este estudo apresentou uma avaliação *ex ante* da implantação do programa. Naquele momento foram diagnosticadas as causas para a baixa taxa de matrícula ao PRONATEC em Osasco e as razões para as altas taxas de abandono observadas após os meses iniciais dos cursos. Este artigo pretende complementar o estudo feito em 2012 mostrando alguns dos resultados apresentados pelo PRONATEC em Osasco.

Em termos de objetivos, este artigo almeja: i) analisar os impactos dos cursos profissionalizantes sobre a inserção profissional dos beneficiários do Bolsa Família que cursaram o PRONATEC em Osasco; ii) compreender como o desenho do PRONATEC Brasil sem Miséria afetou a vida dos beneficiários do Bolsa Família.

A base de dados criada pela SDTI-PMO foi construída a partir de:

1. Questionários de entrada - Aplicados ao início dos cursos em 19 turmas das instituições SENAI e SENAC de Osasco, e respondidos por 186 alunos, em 2014;
2. Questionários de avaliação final (discentes) - Aplicados no término dos cursos em 13 turmas das instituições SENAI e SENAC de Osasco, respondidos por 117 alunos, em 2014;
3. Questionários de avaliação final (docentes) - Aplicados no término dos cursos com 12 professores das instituições SENAI e SENAC de Osasco, em 2014;
4. Planilha de entrevistas por telefone com desistentes - A SDTI-PMO contactou 273 alunos desistentes de 22 cursos, nos anos de 2013 e 2014;

5. Planilha de entrevistas por telefone com concluintes de 2013 - A equipe do "Osasco Inclui" contactou 115 alunos que concluíram os cursos técnicos em 2013;

6. Planilha de entrevistas por telefone com alunos concluintes do ano de 2014 - A equipe do Osasco Inclui contactou 106 alunos que concluíram os cursos em 2014.

O artigo foi dividido em três momentos, para além da introdução e considerações finais. No primeiro momento foi discutida a temática da capacitação profissional no país. Em um segundo momento foi traçado um panorama do desenho do programa PRONATEC, e uma de suas áreas de atuação, que foi o PRONATEC-Brasil sem Miséria orientado para a profissionalização dos beneficiários do programa Bolsa Família. Finalmente, no último momento, os dados coletados foram analisados.

2. Capacitação profissional e escassez de mão de obra qualificada no Brasil

Importante destacar que no caso brasileiro, a criação de um programa massivo de qualificação de mão de obra foi precedido, nos anos 1980 e 1990, por diversas ações de geração de emprego e renda, localizadas na 'economia social', ou seja, esfera da economia que não é privada nem pública (ABREU; JORGE; SORJ, 1997). Nos anos 2000, especialmente após a criação do Programa Bolsa Família (PBF) houve uma sequência de momentos no desenho do PBF, passando da primeira dimensão vinculada ao alívio à pobreza para uma segunda associada ao acesso aos aparelhos públicos de educação, saúde e assistência social, até chegar (já no final da década de 2000) aos programas complementares (MORAIS; BACIC, 2009). Os programas complementares são aqueles que visam ofertar emprego e renda e superar a pobreza. Em 2008, foi criada a 'Secretaria de Geração de Oportunidades e de Inclusão Produtiva' visando propiciar ações de: i) capacitação profissional; ii) geração de emprego e renda; iii) oferta de microcrédito e inclusão produtiva aos beneficiários do PBF. Neste momento a demanda por capacitação profissional no Brasil estava em ascensão.

Entendemos que o problema da escassez de mão de obra qualificada no país resulta de um planejamento de longo prazo frágil, especialmente durante o processo de industrialização (CASSIOLATO *et al.*, 2014). Em contraste com os países considerados desenvolvidos, que priorizaram a constituição de uma força de trabalho qualificada, via educação de qualidade, para atender a demanda de suas indústrias, a industrialização brasileira não contou com um projeto dessa natureza, o que provocou consequências negativas sobre a dinâmica econômica do país a partir de então, quando o método de produção fordista, baseado num trabalho simples e repetitivo, já não atendia a demanda

de uma indústria que almejava aumentos de competitividade com progresso tecnológico. Assim, o país gerou uma quantidade imensa de mão de obra pouco ou quase nada qualificada, criando uma massa de trabalhadores alijados do mercado de trabalho justamente por escassa qualificação.

Desta forma, quando foi identificada a escassez de mão de obra qualificada *vis a vis* o aumento da demanda pela mesma, ficou evidente a importância de políticas públicas voltadas à capacitação profissional. Para CASSIOLATO e GARCIA (2014), os primeiros indícios de escassez localizada de mão de obra qualificada começaram a aparecer em 2006-2007, como consequência da retomada do crescimento a partir do biênio 2003-2004. Esse cenário trouxe para o poder público a urgência em se fortalecer as políticas de capacitação profissional, através da criação de programas com esse objetivo, o que pôde ser constatado pela rápida expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e pela própria criação do PRONATEC. Como foi mencionado na introdução deste artigo, a lei n. 11.892/08 foi essencial para incentivar o ensino técnico no país, posto que, "até então, não existia formalmente definida em lei e havia passado por uma possível ameaça de desarticulação" (BRANDÃO, 2010, p. 74-75).

Consideramos, portanto, que os programas de estímulo à formação profissional não decorrem apenas da necessidade de ampliar as oportunidades para uma classe social vulnerável, criando condições para superação da pobreza. Eles também podem dinamizar a economia do país, pois, a mão de obra qualificada é essencial para o desenvolvimento econômico e tende a proporcionar aumentos de produtividade e crescimento da renda. As relações entre educação e desenvolvimento econômico foram estudadas por Campino (1986), Pinho (1970), Sheehan (1975), Cabrito (2002) e Pires (2005).

Defendemos que o acesso a cursos técnicos não é, por si só, o que determinará a ascensão social e econômica de um beneficiário do programa Bolsa Família. É necessário também, para que esses cursos possam ser melhor aproveitados, que o Estado ofereça um ensino fundamental e básico que proporcione sólidos conhecimentos gerais para, a partir disso, dar continuidade à sua formação mais específica. Em outras palavras, a educação propedêutica oferecida aos brasileiros no ensino básico deve propiciar uma base científica, política e cultural que de fato lhes permita acompanhar intelectualmente o ensino profissional, seja na universidade ou nos cursos tecnológicos. Grabowski e Kuenzer (2006) argumentam que é a Educação Básica quem assegura a integração entre os diferentes níveis e modalidades de formação profissionalizante, devendo portanto a educação profissional ser sistematizada sobre uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio histórica.

Apresentamos a evolução das políticas públicas que levaram à criação dos programas de geração de emprego e renda até atingir as ações para qualificar profissionalmente os mais pobres e inseri-los no mercado de trabalho. Na sequência, passamos para a descrição social e econômica de Osasco, apresentando suas especificidades no que concerne às questões educacionais e de mercado de trabalho. Esta descrição é importante para expor a estrutura socioeconômica do município.

2.1. Caracterização de Osasco: Educação e Trabalho

Osasco representa parte significativa das atividades financeiras do Estado de São Paulo, possuindo, desde 2010, o quarto maior PIB do estado (SEADE, 2012). Dentre os municípios brasileiros de porte econômico semelhante ao seu, Osasco apresentou, em 2012, o segundo maior crescimento médio do PIB real, atrás apenas de Betim (MG) (GUERRA *et al.*, 2012). Em termos demográficos, a cidade conta com uma população de 671.686 habitantes e uma densidade demográfica de 10.341,59 habitantes/km² (SEADE, 2014), sendo que Osasco apresenta a maior população da microrregião oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A despeito dos bons indicadores econômicos observados na última década, a cidade possui limitações em alguns indicadores sociais, tais como longevidade e escolaridade, situando-se abaixo da média estadual, de acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)⁶. Além disso, o município possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,766, inferior à média estadual (SEADE, 2010).

Ainda assim, os indicadores sociais em Osasco apresentaram uma significativa melhora na primeira década dos anos 2000. Além de seguir a tendência nacional, o município fortaleceu sua política social com a criação da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI). Podemos dizer que o crescimento econômico e demográfico do município foi acompanhado por políticas sociais voltadas para a melhoria nas condições de vida da população, de maneira que foram observados avanços nas dimensões saúde, moradia e educação. Porém, para os objetivos traçados neste trabalho, os dados de educação foram mais relevantes.

Conforme Guerra *et al.* (2012), entre 2000 e 2010, o percentual da população do município que tinha como curso mais elevado o Ensino Médio ou o segundo grau passou de 16,4% para 18,8%, e aqueles que tinham como curso mais elevado o superior passaram

⁶ O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é calculado pela fundação SEADE e disponibilizado no sítio: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view.php?prodCod=1>, acesso em 10/08/2014.

de 4,8% para 8,3% no mesmo período. Esses dados apontam melhora no nível educacional dos cidadãos osasquenses, fato essencial para avanços na qualificação profissional geral da cidade.

Houve também aumento da proporção de pessoas alfabetizadas com mais de 15 anos, atingindo uma taxa de analfabetismo de 3,5%, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010). A taxa de analfabetismo é importante já que o público alvo do PRONATEC-BSM tende a ter baixa escolaridade, assim, quanto menos analfabetismo melhor para o público-alvo do PRONATEC que participará dos cursos de qualificação. Apesar do crescimento, essa taxa comparada com a de municípios de porte semelhante fica abaixo da média⁷. Os municípios que apresentam taxas de analfabetismo menores que Osasco são: Santos, São Bernardo do Campo e Campinas. Além disso, a taxa de analfabetismo de Osasco encontra-se menor que a média do estado e da RMSP (SEADE, 2010). Ou seja, a despeito dos dados econômicos, em termos de educação, a cidade de Osasco ainda tem muito a avançar, fato que influencia diretamente a implementação das ações para qualificar mão de obra executadas pela SDTI/PMO.

Ainda segundo GUERRA *et al.* (2012), a proporção de crianças de 0 a 5 anos que frequentam o ensino infantil mais que dobrou em Osasco, passando de 22,9% em 2000 para 48% em 2010. Entre as crianças/jovens de 6 a 14 anos o percentual de frequência à escola ficou acima de 95%, e entre os jovens de 15 a 17 anos ficou acima de 85%. Os números são positivos, no entanto, é preciso observar a qualidade deste ensino.

Em termos educacionais, esses indicadores espelham um cenário muito mais favorável do que aquele visto na década anterior, principalmente se considerarmos as maiores exigências do mercado de trabalho em relação à escolaridade. Os dados podem ser interpretados como um dos resultados dos programas sociais implementados no âmbito federal, os quais ampliaram as condições para que boa parte da população jovem permanecesse estudando. Porém, antes de discutir a importância desses programas, é necessário apresentar algumas informações a respeito do mercado de trabalho do município.

Em 2010, Osasco contava com uma População Economicamente Ativa (PEA) composta por 346.658 habitantes, ou seja, este é o número de pessoas residentes no município dispostas a participar do mercado de trabalho, formal ou informal, equivalendo a 52% da população total do ano em questão (IBGE, 2010). A PEA divide-se entre ocupados - constituída por aqueles que estão trabalhando - e desocupados, integrada

⁷ Foram considerados como municípios de porte econômico semelhante, aqueles com PIB mais próximos ao de Osasco, quais sejam: Guarulhos, Fortaleza, Campinas, Salvador, Santos, Recife, São Bernardo e Barueri.

por aqueles que estão desempregados. A taxa de ocupação em Osasco passou de 80,8% da PEA em 2000, para 91,7% em 2010 (GUERRA *et al.*, 2012), evidenciando uma redução bastante importante da população desocupada no período.⁸

A População em Idade Ativa (PIA), por sua vez, compreende todas as pessoas com idade superior a 10 anos, incluindo todas aquelas que estão teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica, mas não necessariamente disponíveis no mercado de trabalho. Em 2011, Osasco possuía uma PIA de 574.104 habitantes (o que representa 86,12% da população) (SIM - Trabalho, 2010)⁹.

Guerra *et al.* (2012) ressaltam ainda que, em Osasco, a PEA aumentou menos que a PIA, indicando um crescimento da população que, apesar de estar em idade ativa, não está procurando emprego. Isso pode ser explicado pela retração do número de jovens no mercado de trabalho, os quais optam por deixar de trabalhar para se dedicar aos estudos. Bicalho; Barbosa (2014) relacionam essa retração às mudanças ocorridas no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que facilitaram o acesso de estudantes a financiamentos e ampliaram o número de matrículas no ensino superior privado. A expansão das universidades públicas federais na Região Metropolitana de São Paulo também é considerada relevante para a redução número de jovens no mercado de trabalho osasquense.

Outro aspecto observado foi a redução da informalidade e o aumento no número de trabalhadores com carteira assinada, passando de 43,9% da PEA em 2000 para 58,7% em 2010. Entendemos que ainda existe espaço e necessidade de reduzir a informalidade no país, a despeito da queda já percebida pelos dados. Outro dado interessante foi que a remuneração média real dos trabalhadores recuou de R\$ 1.562,10, em 2000, para R\$ 1.512,31, em 2010 (GUERRA *et al.*, 2012). Este movimento é oposto ao assistido na sociedade brasileira, a qual teve anos consecutivos de ganhos salariais reais no decênio entre 2003 e 2010. A redução no rendimento médio real dos trabalhadores osasquenses entre 2000 e 2010 evidencia um aumento de vagas de trabalho para qualificações mais precárias na cidade, pois, caso houvesse uma demanda por trabalho mais qualificado, certamente seria verificado um aumento no rendimento médio real, acompanhando a tendência nacional.

As distâncias salariais entre os trabalhadores no mercado de trabalho de Osasco, assim como no estado e na RMSP, indicam um cenário de intensa desigualdade de renda. De acordo com GUERRA *et al.* (2012), em 2010, os 10% com menor rendimento

⁸ Os dados mais recentes encontrados a respeito da taxa de ocupação municipal correspondem ao ano 2010.

⁹ Sistema de Indicadores de Monitoramento dos Mercados de Trabalho Locais. Disponível em: <http://bi.seade.gov.br/SimTrabalho/>. Acesso em 02/03/2015.

recebiam em média R\$ 376,33, valor 15 vezes menor que a média dos 10% com maior rendimento. Além disso, apesar da redução percentual no número de pobres e extremo pobres observada em 2010, houve aumento do índice de Gini no mesmo período, passando de 0,51, em 2000, para 0,53, em 2010 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010)¹⁰. Ou seja, a queda observada nos números absolutos de pobres e extremo-pobres não resultou em melhora na distribuição de renda, pois, provavelmente os mais ricos da cidade conseguiram auferir ganhos de renda superior aos ganhos obtidos pelos mais pobres.

Por fim, cabe lembrar que na economia de Osasco, assim como na RMSP como um todo, há grande predominância do setor de serviços, sendo este um setor em crescimento. Isso porque Osasco vem passando, desde a década de 1990, por um processo de desindustrialização. Essa afirmação parte da definição de desindustrialização como uma situação na qual tanto o emprego industrial, como o valor adicionado pela indústria, caem em proporção ao emprego total e ao PIB, respectivamente (DIEESE, 2011). No município, a participação do setor de serviços no total de valor adicionado passou de 82,5%, em 2000 para 90,8% em 2012, ao passo que a participação da indústria retraiu de 17,5% para 9,2% no mesmo período. Além disso, a participação do número total de empregos formais da indústria em relação ao total de empregos formais recuou 12 pontos percentuais nesse intervalo de tempo (SEADE, 2010).

Esse é um fenômeno que deve ser considerado na definição dos cursos ofertados pelo PRONATEC-Brasil sem Miséria, uma vez que a demanda por cursos orientados ao setor de serviços tem sido e tende a ser crescente. A demanda por cursos no setor de serviços tende a ser maior *vis a vis* a demanda de cursos para o setor industrial, já que o segundo tem criado menos postos no mercado de trabalho que o primeiro. No próximo tópico, apresentamos o desenho do programa Brasil sem Miséria e do PRONATEC.

3. O plano Brasil sem Miséria e o PRONATEC

Criado em 2011, o Plano Brasil sem Miséria (BSM) objetiva, via oferta de cursos de qualificação profissional, elevar a renda e as condições de bem-estar da população, de forma a auxiliar na superação da extrema pobreza. Com foco nas famílias mais vulneráveis, o plano é orientado aos brasileiros cujo lar possui renda familiar de até R\$ 77,00 por pessoa (MDS, 2015).

¹⁰ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/osasco_sp. Acesso em 24/03/2015.

O BSM foi instituído em 2011, tendo sua atuação direcionada para três dimensões: a) garantia de renda; b) acesso a serviços; e c) inclusão produtiva (COSTA *et al.*, 2014, p.289). O eixo *garantia de renda* é composto por ações que visam o alívio imediato da situação de extrema pobreza, o auxílio financeiro é essencial para que os demais eixos sejam viabilizados. Este eixo compreende um conjunto de programas sociais, sejam eles municipais, estaduais ou geridos por uma parceria entre a Prefeitura e o Governo Federal, como no caso do Bolsa Família (PBF). Em Osasco, vigoram também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Trabalho, o Programa Começar de Novo e o Programa Bolsa Família (PBF) (Portal de acesso à informação BSM, 2014)¹¹.

O eixo *acesso a serviços públicos* compreende iniciativas que visam expandir e aprimorar os serviços ofertados aos extremamente pobres para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania dessa população (MDS, 2015), enquanto, o eixo *inclusão produtiva* visa qualificar a mão de obra e identificar oportunidades e empregos para os beneficiários. Conforme Costa *et al* (2014), as políticas de inclusão produtiva visam melhorar a inserção no mercado de trabalho via oferta de trabalho assalariado, autônomo ou associado. Assim, ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, incentivo e apoio ao empreendedorismo e organização de empreendimentos solidários são algumas ações para inclusão produtiva urbana (COSTA *et al.*, 2014). Nesse eixo, o plano Brasil sem Miséria atua conjuntamente com o Ministério da Educação (MEC), coordenando o Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (PRONATEC).

O PRONATEC-Brasil sem Miséria foi criado pela lei n. 12.513 em 12 de outubro de 2011. O PRONATEC-BSM é executado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs), pelas redes estaduais e pelas instituições do Sistema S, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Após 2013, outras instituições privadas, foram habilitadas pelo MEC e também passaram a ofertar cursos pelo programa (PRONATEC/BSM). Existem três tipos de cursos, com carga horária de no mínimo 160h, quais sejam: i) os cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada para estudantes do Ensino Médio da Rede Pública; ii) os cursos de formação inicial e continuada para beneficiários do Seguro-Desemprego; e iii) os cursos de formação inicial e continuada para pessoas inscritas no CadÚnico (PRONATEC/BSM)¹².

¹¹ Disponível no site: <http://www.brasilsemmiséria.gov.br/>. Acesso em 19/02/2015.

¹² Disponível no site: <http://www.brasilsemmiséria.gov.br/>. Acesso em 19/02/2015.

Os recursos orçamentários são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às instituições ofertantes, incluindo o valor do curso, os recursos para o vale-transporte, material e alimentação dos alunos. Fica a cargo dos municípios a divulgação, a pré-matrícula e o acompanhamento dos participantes, restando aos estados e à União acompanhar e apoiar esse processo, sendo que os municípios precisam firmar termo de cooperação com o governo federal para a execução do PRONATEC/BSM. Assim, ficou evidente que o desenho do PRONATEC-BSM em âmbito federal deve ser adaptado às realidades dos municípios, esta adaptação foi observada para o caso de Osasco.

3.1. Implantação do Pronatec em Osasco e o papel da SDTI

O eixo *inclusão produtiva* do Plano Brasil Sem Miséria prevê ações de capacitação profissional nos ambientes urbanos e rurais de todo o país. No meio rural, existem programas de fomento à produção familiar até a construção de cisternas. Para o meio urbano, são articuladas ações com o objetivo de inserir os beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho, através da oferta de cursos de formação sintonizados com a vocação econômica de cada região.¹³

Tendo em vista que Osasco é uma cidade 100% urbanizada, fica claro que seu perfil de inclusão produtiva deve estar diretamente atrelado ao mercado de trabalho urbano, especialmente vinculado ao setor de serviços a serem prestados na cidade, sendo o PRONATEC indispensável para qualquer ação neste sentido.

Osasco aderiu ao PRONATEC-BSM em 2012, ao lançar o Plano Osasco Sem Miséria, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI). Cazzuni (2008) sintetiza os objetivos da SDTI reafirmando a preocupação da SDTI/PMO com a articulação dos programas de transferência de renda com as políticas de geração de trabalho e renda.

No que concerne ao PRONATEC, a SDTI é responsável pela divulgação e mobilização dos interessados, apresentação dos cursos e pré-matrícula, inscrição no CadÚnico, além de uma orientação sobre os serviços de saúde, educação e assistência social disponibilizados durante o curso. Os cursos são ministrados pelas unidades do SENAI e do SENAC do município de Osasco.

Em Osasco, a equipe do PRONATEC-BSM atua em conjunto com outras ações da SDTI, como o programa *Osasco Inclui*, que promove a intermediação de mão de obra. A cada início e término dos cursos, a equipe de funcionários do *Osasco Inclui* realiza uma

¹³ Disponível no site: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>. Acesso em 19/02/2015.

dinâmica, orientando os alunos em relação às perspectivas de seus cursos e escolha de suas carreiras. Juntamente a isso, os alunos preenchem uma ficha de pretensão profissional, que a equipe do *Osasco Inclui* utiliza para intermediar a mão de obra com empresas do município. Foram estas fichas preenchidas que formaram parte da base de dados empíricos usados neste artigo. Além do Programa *Osasco Inclui*, a SDTI/PMO executa o programa *Osasco Solidária* que apoia empreendimentos solidários e microempreendimentos individuais e o programa *Osasco Digital* que fornece acesso à tecnologia da informação e comunicação digital à população. No próximo item, discutimos os dados empíricos e mapeamos a inserção produtiva alcançada pelos participantes do PRONATEC/BSM.

4. Mapeamento da inserção produtiva viabilizada pelo PRONATEC-Brasil Sem Miséria em Osasco: uma análise dos dados

Após tabular os questionários respondidos pelos participantes e professores do PRONATEC-BSM, a avaliação das informações foi subdividida em quatro partes. Primeiramente, foi traçado o perfil socioeconômico dos participantes do PRONATEC no município, considerando os questionários aplicados no início e término dos cursos. Em um segundo momento, foram apresentados dados para explicar as razões das desistências verificadas nos anos de 2013 e 2014, por meio das pesquisas feitas por telefone e fornecidas pela SDTI. No terceiro tópico apontamos alguns problemas identificados pelos próprios concluintes, professores e gestores no decorrer da pesquisa, bem como sugestões e ideias oferecidas pelos mesmos. Por fim, através da entrevista feita com os alunos concluintes, foi respondida a questão central da pesquisa: *quais foram os principais setores econômicos em que se inseriram os beneficiários do PRONATEC-Brasil sem Miséria na cidade de Osasco?*

4.1. Perfil dos participantes do PRONATEC/BSM em Osasco

Os questionários de entrada foram aplicados no início dos cursos no ano de 2013 e 2014, em 19 turmas das instituições SENAI e SENAC de Osasco, tendo sido respondido por 186 alunos. O questionário trouxe informações importantes para melhor conhecimento do perfil dos beneficiários do programa, tais como níveis de escolaridade e de renda. Vale destacar que optamos por analisar os dados de 2013 e 2014 em conjunto, uma vez que não havia mudanças significativas no perfil dos participantes nesses anos.

De acordo com os dados, pouco mais da metade (55,4%) dos entrevistados era beneficiário de algum programa social, sendo que 44,09% (do total da amostra) era

beneficiário do Bolsa Família. Por isso, foi indicado no início do artigo que os beneficiários do Bolsa Família formaram a base de dados, posto que a maior parte das famílias cadastradas no Cadastro Único é beneficiária do programa Bolsa Família. E os participantes do PRONATEC-BSM eram, em sua maior parte, beneficiários do Bolsa Família.

No início dos cursos, os dados indicavam que a maioria dos participantes do programa não estava incorporada no mercado de trabalho. Conforme as respostas obtidas, 84% dos entrevistados estavam procurando emprego. Além disso, havia uma proporção de 56,83% de desempregados e 14,21% fazendo "bico", indicando que aproximadamente 71% dos que responderam o questionário não tinham emprego fixo.

A renda familiar mensal dos participantes (soma da renda individual de todos os seus membros) apresentou-se da seguinte forma: 32,16% dos entrevistados disseram ter renda familiar mensal de até meio salário mínimo, enquanto 33,9% das famílias declarou renda até 1 salário mínimo e 28,65% entre 1 e 2 salários mínimos. Apenas 4,68% das famílias declarou renda entre 2 e 3 salários mínimos; e apenas 0,5% afirmou possuir renda familiar superior a três salários mínimos. Assim, concluímos que a renda familiar dos participantes situa-se predominantemente entre os três menores intervalos, ou seja, 94,71% dos integrantes do curso auferiam renda entre meio e dois salários mínimos por família.

Quanto à escolaridade, 57,14% dos alunos afirmou possuir o segundo grau completo e 14,84% afirmou ter o segundo grau incompleto. Assim, os questionários de entrada apontam que aproximadamente 72% dos participantes do PRONATEC-BSM estudaram até o Ensino Médio, sendo que, durante a realização dos cursos, 84,7% dos alunos entrevistados não cursavam o ensino fundamental, médio ou superior. Ao serem indagados se gostariam de voltar a estudar, 77,27% responderam assertivamente. Além disso, os dados apontaram que 41,21% dos alunos já haviam tido algum contato com cursos de qualificação profissional.

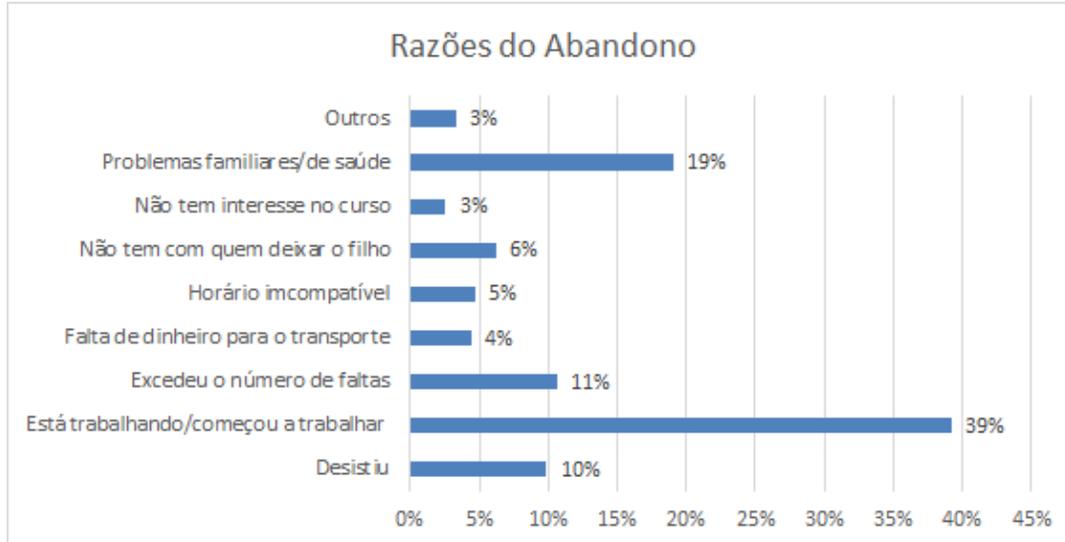
De acordo com as informações obtidas através da amostra, que corresponde a todos os alunos que responderam aos questionários de entrada em 2013 e 2014, há, entre os participantes, uma predominância de pessoas com baixa renda, cujo nível de escolaridade é mediano, as quais encontram dificuldade considerável para se inserir no mercado de trabalho. O próximo subitem analisou as causas da evasão verificadas nos cursos.

4.2. As justificativas para Evasão do PRONATEC

Destacando que esta é uma amostra nova (em relação a usada anteriormente), a qual foi criada para identificar os principais motivos que ocasionaram a evasão dos

participantes, a SDTI-PMO contatou 273 alunos que haviam abandonado o curso nos anos de 2013 e 2014, dentre os quais aproximadamente 81% eram beneficiários do Bolsa Família. O resultado da análise dessas informações apresentou-se da seguinte forma:

Tabela 1 – Razões da evasão verificada no PRONATEC Brasil sem Miséria em Osasco entre 2013 e 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados oferecidos pela SDTI – PMO.

Como pode ser observado acima, 39% dos desistentes afirmaram ter abandonado o curso porque começaram a trabalhar antes de sua conclusão ou porque o trabalho dificultou a frequência ao curso. Esse dado indica a existência de conflitos entre o expediente de trabalho dos alunos, a distância da instituição de ensino e o horário dos cursos. Além disso, 19% dos entrevistados desistiram devido a problemas familiares e de saúde. Outro dado relevante são os 6% de estudantes que abandonaram o curso por não terem com quem deixar os filhos, o que mostra a escassez de aparelhos públicos para acolhimento de crianças. Na sequência, apresentamos os problemas e sugestões apontados por estudantes e professores.

4.3. Discussão dos problemas e sugestões levantados por alunos e professores

De acordo com observações dos alunos e professores feitas nos questionários finais, foram constatados alguns pontos que constituem barreiras à continuidade e ao bom aproveitamento dos cursos. Neste ponto da pesquisa, os dados foram estruturados a partir da maior recorrência nas respostas observadas.

Primeiramente, foi unânime, por parte dos professores, a afirmação de que o ensino básico cursado por muitos alunos não proporcionava o mínimo necessário para o acompanhamento do curso. Dos 12 professores que responderam ao questionário, 50%

avaliam as habilidades de escrita dos discentes como regular e o mesmo percentual destaca as dificuldades dos alunos com matemática, leitura e comunicação. Além disso, 84% dos entrevistados não estudavam durante a realização dos cursos, sendo que muitos estavam há muito tempo sem estudar. Ao serem questionados, um quarto dos discentes afirmou ter dificuldades na compreensão do conteúdo. Para minimizar esse problema, alguns professores sugeriram processos de nivelamento no início dos cursos, assim como aulas de reforço e apoio ao aluno, ações que poderiam ser incorporadas ao desenho do programa.

O segundo ponto levantado tratava da carga horária. Ao serem questionados a respeito dos pontos negativos do curso, 50,8% dos participantes assinalaram "*Carga horária insuficiente para o conteúdo*". Além disso, nas questões abertas, alguns alunos ressaltaram a necessidade de mais aulas práticas. Tal problema decorre da oferta predominante dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que visam ao atendimento às demandas de capacitação rápida em detrimento da oferta dos cursos técnicos, os quais possuem uma carga horária de 1200 horas e exigem 400 horas de estágio.

Por fim, problemas com o auxílio foram relatados. Apenas 11% dos alunos responderam que o valor foi suficiente para o transporte e o lanche, sendo que, de acordo com os questionários de entrada, 97% dos alunos afirmaram depender do transporte público para se deslocar até o local de realização do curso. Além disso, 25% afirmaram ter problemas com o depósito (atraso e/ou valor incompleto).

Outro aspecto adicional surgiu numa visita de pesquisa feita a uma turma do curso de almojarifado do SENAI. Em tal turma, constatamos que aproximadamente 70% dos alunos gostariam de ter seu próprio negócio. Seria esta uma opção para os participantes? A SDTI/PMO informou que muitos concluintes dos cursos de costura chegam a formar suas próprias cooperativas no município. Tais ideias podem ser incorporadas ao desenho do PRONATEC e institucionalizadas, criando parcerias com outros programas municipais. O desejo dos participantes em ter o próprio negócio mostrou que o desenho do programa voltado para a qualificação e busca por postos no mercado de trabalho não necessariamente superará as dificuldades de inserção produtiva do público do PRONATEC-BSM. No próximo tópico apresentamos o mapeamento da inserção produtiva.

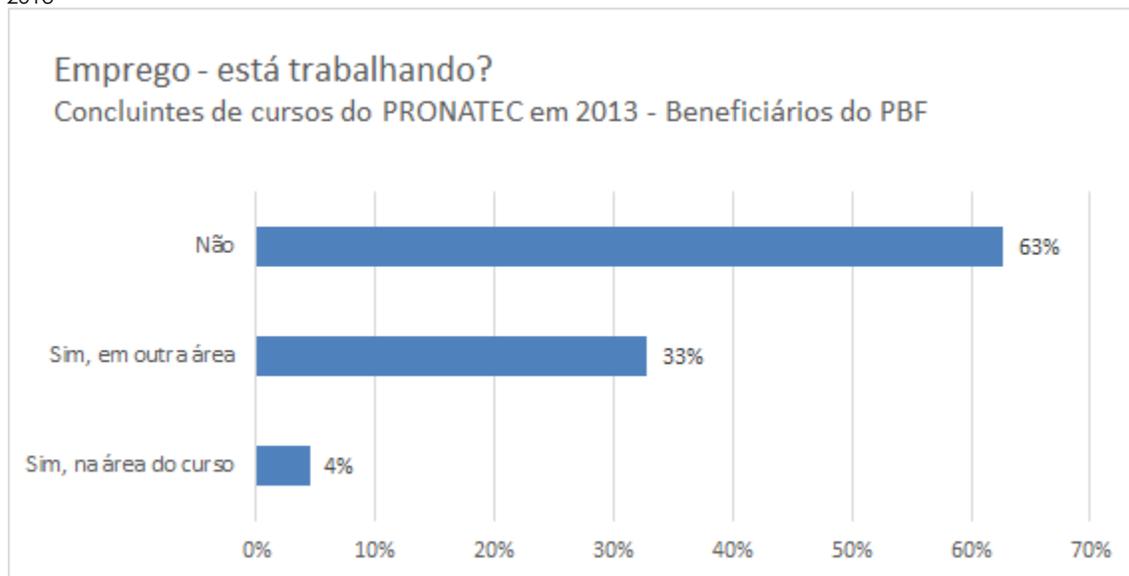
4.4. Mapeamento da inserção produtiva

Para investigar se o PRONATEC-BSM teve impacto na inserção produtiva dos beneficiários do PBF, recorreremos às entrevistas feitas por telefone com os concluintes das

turmas de 2013 e 2014 algum tempo após o término dos cursos. Vale ressaltar que, diferentemente dos tópicos anteriores, esta amostra não foi composta por todas as entrevistas, apenas por aquelas realizadas com os participantes que são beneficiários do PBF. Assim, tal amostra é composta por 67 alunos que frequentaram os cursos oferecidos em 2013 e 40 alunos dos cursos oferecidos em 2014 (total de 107 entrevistados em 2013 e 2014).

Infelizmente, não foi possível contrastar tais informações com os questionários aplicados no início dos cursos, uma vez que estes dados foram obtidos de amostras muito distintas, de forma que tal comparação poderia levar a conclusões imprecisas.

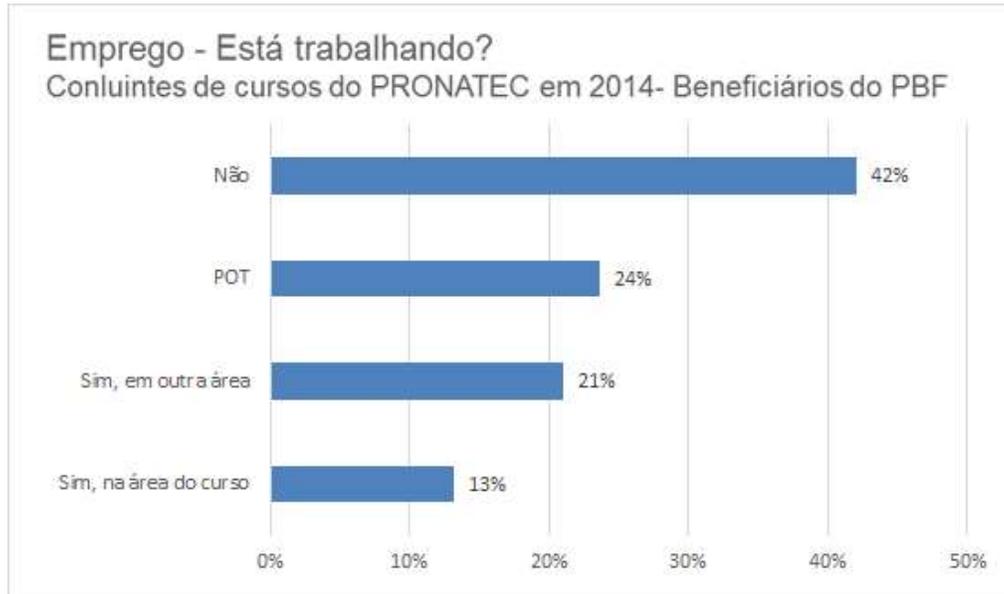
Tabela 2 – Dados dos estudantes que trabalhavam na área do curso realizado pelo PRONATEC no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria a partir de dados oferecidos pela SDTI-PMO.

Conforme tabela acima, em 2013, 63% dos entrevistados afirmaram não estar trabalhando, sendo que apenas 4% trabalhavam na área cursada no PRONATEC-BSM. Tivemos então, para este ano, um percentual de 37% de concluintes inseridos no mercado de trabalho, dos quais 76% possuíam Registro em Carteira. Ou seja, aproximadamente 28% da amostra estava inserida no mercado de trabalho formal.

Tabela 3 - Dados dos estudantes que trabalhavam na área do curso realizado pelo PRONATEC no ano de 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados oferecidos pela SDTI-PMO

Os resultados de 2014 são semelhantes, porém, com um expressivo aumento do percentual de concluintes que trabalhavam na área do curso, aumento de 4% para 13%, o que indica avanços do programa. Naquele ano, tivemos um percentual de 66% de desempregados, dos quais 36% participavam do Programa Operação Trabalho¹⁴.

As entrevistas feitas com os concluintes de 2013 indagava a respeito das empresas nas quais os participantes haviam se inserido, o que viabilizou um mapeamento da inserção produtiva daquele ano. É importante considerar os limites desses dados. Dos 115 concluintes contatados pela SDTI em 2013, 67 eram beneficiários do PBF, sendo que destes apenas 25 estavam trabalhando. Portanto, os percentuais abaixo foram retirados de uma amostra relativamente pequena, composta pelos alunos que a SDTI conseguiu entrar em contato (universo de 25 alunos) e que se encaixam no perfil da pesquisa.

¹⁴ Programa executado pela SDTI/PMO nas ações redistributivas, aquelas voltadas à inserção produtiva.

Tabela 4 – Inserção produtiva por setores econômicos dos participantes do PRONATEC em Osasco em 2013

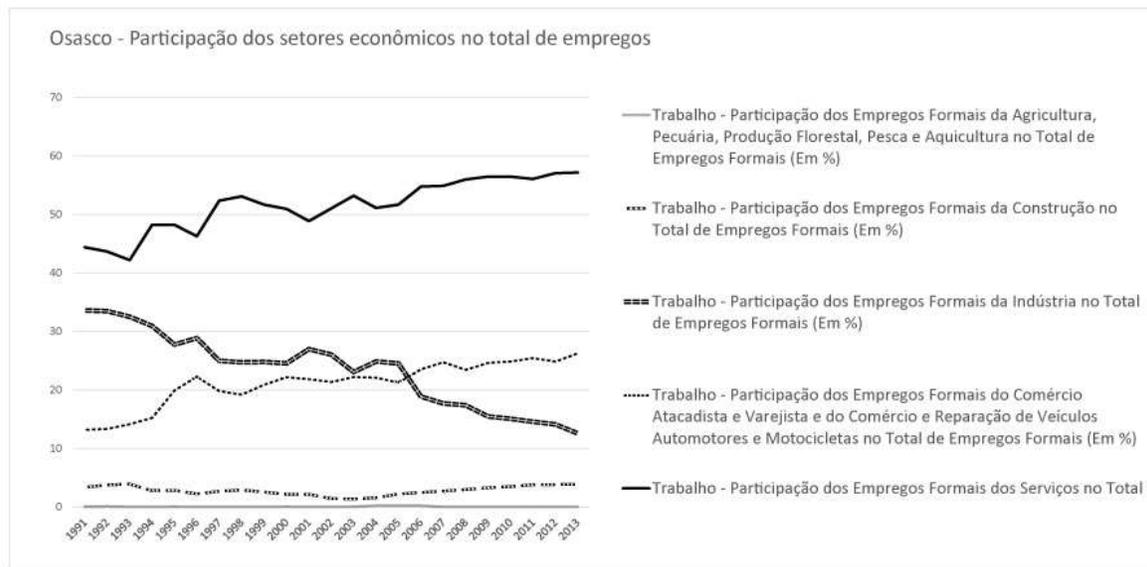


Fonte: Elaboração própria a partir de dados oferecidos pela SDTI-PMO

Como pode ser observado acima, a maioria dos entrevistados obteve sua vaga no setor de serviços, seguido pelo comércio e pelo trabalho autônomo¹⁵. Apenas 8% dos entrevistados afirmou trabalhar em alguma empresa do setor industrial. Tais percentuais refletem a própria dinâmica econômica do município, cujos setores que são os maiores responsáveis pelo emprego são, atualmente, serviços e comércio, como pode ser observado no gráfico abaixo.

¹⁵ Trabalho autônomo é aquele que não possui vínculo empregatício. Engloba tanto os prestadores de serviços de profissões regulamentadas como as não regulamentadas. Geralmente, o trabalho autônomo, quando se considera as pessoas de mais baixa renda, está relacionado com a precarização das formas de inserção pelo trabalho.

Tabela 5 – Participação dos setores econômicos no total de Empregos em Osasco entre 1991 e 2013



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IMP/SEADE.

Os dados da participação dos setores econômicos no total de empregos em Osasco mostram uma tendência de aumento da participação dos setores de serviços, comércio e construção civil no total de emprego vis a vis uma queda na participação do setor industrial na geração de postos de trabalho na cidade. Dados que corroboram tanto a hipótese de desindustrialização da cidade, como os dados da inserção obtida pelos egressos dos cursos do PRONATEC no mercado de trabalho da cidade.

Como dito anteriormente, para a criação da base de dados usada neste trabalho, utilizamos o material fornecido pela SDTI-PMO. Além disso, a SDTI-PMO possuía uma gama de entrevistas que não haviam sido analisadas, as quais formaram o foco da atenção desta pesquisa.

Procuramos então saber se, na ótica dos beneficiários, o PRONATEC-BSM fez diferença em suas condições de vida. Para tanto, utilizamos as entrevistas feitas por telefone com os concluintes dos anos de 2013 e 2014, que indagava se o curso feito contribuiria de alguma forma em sua vida pessoal ou profissional. Em 2013, 93% dos entrevistados respondeu afirmativamente e, em 2014, o percentual foi de 94%. Ou seja, há uma boa avaliação do programa pelos participantes.

Em suma, os dados coletados indicam que, mesmo após a realização dos cursos, muitos participantes de baixa renda de Osasco tiveram dificuldades para encontrar postos no mercado de trabalho. Tais resultados relacionam-se com o fato de que o PRONATEC-BSM, por si só, não ser capaz de solucionar os problemas causados pela

estrutura limitada de ensino e por limitações inerentes à dinâmica do mercado de trabalho e a própria dinâmica econômica da cidade.

Schwartzman e Castro (2013) apontam que, conforme dados do Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação (SAEB), em 2013, apenas 10,4% dos estudantes do último ano do Ensino Fundamental da rede pública tinham o nível adequado de formação em matemática e 22% tinham o mínimo em língua portuguesa. Ao final do Ensino Médio, os percentuais eram ainda piores: apenas 5,8% dos alunos da rede pública tinham o nível mínimo de formação em matemática. Tal questão identificada pelo SAEB teve seus reflexos mostrados pelas dificuldades dos discentes do PRONATEC-Brasil sem Miséria, durante a realização dos cursos e seus problemas na compreensão do conteúdo, assim como em sua própria inserção no mundo do trabalho.

Consideramos que um projeto de desenvolvimento deve contar com um planejamento sólido para a estrutura educacional do país, o que pressupõe ações em todos os níveis de ensino, de forma integrada. Os resultados deste e de qualquer outro mapeamento feito com base num público economicamente vulnerável serão diretamente afetados pela qualidade de ensino oferecida pela rede pública de educação, uma vez que não é possível pensar em inclusão produtiva sem uma estrutura educacional sólida, e pelas dinâmicas econômicas local e nacional.

5. Considerações finais

Com este artigo buscamos responder: em quais setores da economia os concluintes do PRONATEC-BSM em Osasco/SP conseguiram se inserir profissionalmente? Os dados mostraram que a inserção se deu no setor de serviços, seguido pelo comércio e pelo trabalho autônomo. No que concerne ao impacto na inserção produtiva dos participantes, os dados não nos permitem afirmar que houve uma mudança de tendência no perfil das inserções, uma vez que os setores de serviços, comércio e trabalho autônomo permaneceram como grande fonte de oferta de vagas para os egressos do PRONATEC-BSM em Osasco.

Um dado relevante que a pesquisa mostrou foi a percepção dos egressos dos cursos de que o PRONATEC fez diferença em suas condições de vida. O dado não foi coletado de forma qualitativa, assim, não conseguimos constatar se esta mudança foi vinculada à autoestima ou ao aumento de renda, por exemplo.

Assim, este artigo fez uma análise *ex post* da implementação do PRONATEC-Brasil sem Miséria em Osasco averiguando sua importância para a inserção produtiva dos

participantes e buscou também situar o PRONATEC-BSM num projeto mais amplo de superação da pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

Foi possível perceber que o PRONATEC-BSM ainda carece de um aprimoramento em seu desenho e em sua implementação, a fim de promover a inserção produtiva de seus participantes. Foi observado também que outros fatores, que vão além da competência do programa, também influenciam nesse processo, tais como a fragilidade da educação básica pública, que não fornece todos os conhecimentos propedêuticos necessários para a realização dos cursos profissionalizantes, e questões de execução do PRONATEC-BSM, por exemplo, as dificuldades dos participantes em acessar o auxílio transporte e alimentação. Além da própria dinâmica da economia do município.

Sendo assim, a implementação do programa deve considerar vários aspectos externos, procurando soluções para os problemas que daí advêm, de forma que seu desenho atenda às especificidades do público-alvo do programa, o qual vive em regiões cheias de vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

No nível local, os esforços da equipe responsável pelo PRONATEC em Osasco, assim como de outros braços da SDTI, foram e são imprescindíveis para o bom funcionamento do PRONATEC-BSM, especialmente para os avanços verificados na inserção produtiva de seus egressos.

Tendo em vista o papel ativo desses agentes e o fato de Osasco ter apresentado, na última década, uma dinâmica econômica e social semelhante à do país como um todo. Acreditamos que o município representa uma boa referência para a análise do PRONATEC-BSM enquanto programa que faculta qualificação para o acesso a emprego e renda para a população mais pobre residente em área urbana. Assim, as conclusões aqui expostas ajudam a pensar em adaptações e soluções para o programa, as quais considerem desde a questão das dificuldades de ensino-aprendizagem apresentadas pelos participantes até o apoio à sua colocação seja no mercado de trabalho, seja criando cooperativas para produção, ou facultando aos egressos a possibilidade de ter seu próprio negócio, conforme demanda apresentada nas entrevistas.

Referências

- ABREU, A . R.; JORGE, A . F. ; SORJ, B. Projetos de Geração de Renda para mulheres de baixa renda: reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro. **Revista Proposta**. Ed. Fase. No. 72, março / maio de 1997, p. 62-72.
- BICALHO, A.; BARBOSA, L. Desemprego, queda da taxa de participação e o FIES. **Análises Econômicas Itau BBA - MacroVisão**. Mar. 2014. Disponível em: <<https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/desemprego-queda-da-taxa-de-participacao-e-o-fies>>. Acesso em: mai. 2015.

BRANDÃO, M. O governo Lula e a chamada educação profissional tecnológica. **Revista Refta**. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, Vol. I, nº 01, jan./jun. 2010, p. 61-87.

CABRITO, B. G. **Economia da educação**. 2002.

CAMPINO, A.C.C. Economia e educação. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, n.12 (½), p. 5-36, jan/dez 1986.

CASSIOLATO, M.; GARCIA, R. *PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional*. IPEA. Rio de Janeiro, jan. 2014. **(Texto para discussão n. 1919)**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/Tds/td_1919.pdf, acesso em 15 fev. 2015.

COSTA, P.V.; MÜLLER, L.H.; CARDOSO, M.M.; SOUSA, M.; LIMA, L.M.A. A estratégia de inclusão produtiva urbana no plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P.V. (organizadores). **O Brasil sem Miséria**. Brasília, MDS, 2014. Disponível: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/livro-o-brasil-sem-miseria/o-brasil-sem-miseria>, acesso em 10/03/2015.

DEFOURNY, J., FAVREAU, L., LAVILLE, J. (Dir). **Inserción y nueva economía social**. CIRIEC-España. Valência: IUDESCOOP, 1997.

DURSTON, J. **Social capital: part of the problem, part of the solution; its role in the persistence and overcoming of poverty in Latin America and the Caribbean**. ECLAC, Santiago, 2001. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/33038>, acesso em 06 jun.2015.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo demográfico 2010: resultados do universo - indicadores sociais municipais**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=353440&idtema=79&search=sao-paulo%7Cosasco%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais>, acesso em: fev. 2015.

_____. **Indicadores sociais municipais: Uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos municípios paulistas (IMP)**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em: fev. 2015.

_____. Ranking do PIB Municipal sofre influência da produção industrial. **Press Releases SEADE**. 12.12.2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/ranking-do-pib-municipal-sofre-influencia-da-producao-industrial/>, acesso em: fev. 2015.

GAIGER, L.I.G. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Editora da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GUERRA, et al. **Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão: Alternativas para a superação da pobreza**. Osasco, dez. 2012.

IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. **Carta de conjuntura**, mar. 2014. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=59, acesso em: fev. 2015.

KUENZER, A.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. Florianópolis, **Perspectiva**, jan/jun. 2006. v. 24, n. 1, p. 297-318.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2008. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf, acesso em 10/08/2014.

MORAIS, L.; BACIC, M. Economia Social e programas de emancipação por meio de empreendimentos sociais no Brasil: avanços e dificuldades iniciais. **Revista Alcance**, v. 6, n.3, p.339-357, set/dez.2009. Disponível em: <http://siciap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1945>, acesso em 10/03/2015.

PREFEITURA DE OSASCO. **Consulta pública - Perfil Social de Osasco**. Disponível em: <http://www.osasco.sp.gov.br/seplag/perfil_social.html>. Acesso em: fev. 2015.

PINHO, C. M.. **Economia de educação e desenvolvimento econômico**. Livraria Pioneira Editora, 1970.

PIRES, V. **Economia da educação: para além do capital humano**. Editora Cortez, São Paulo, 2005.

RAWLINGS, L. B & RUBIO, G. M. Evaluating the impact of conditional cash transfer programs lessons from Latin America. **World Bank Policy Research**, Working Paper 3119, August 2003.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>>. Acesso em: mai. 2014.

SHEEHAN, J. **A economia da educação**. Editora Zahar, São Paulo, 1975.